



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Uma análise sobre o impacto do Novo Padrão IFRS 16 na posição financeira e nos principais índices financeiros de empresas aéreas brasileiras

Rayane de Lima Silva

Universidade Federal da Paraíba -PPGCC

Paulo Amilton Maia Leite Filho

Universidade Federal da Paraíba –PPGCC

RESUMO

As variações conceituais que estavam em debate sobre normatização da contabilização de arrendamentos mercantis operacionais tiveram seu fim logo após a publicação da IFRS 16. Esta norma buscou estreitar o gerenciamento de possíveis financiamentos camuflados de arrendamento mercantil, equiparando a evidenciação entre operacional e financeiro, trazendo mais fidedignidade e transparência às demonstrações contábeis. Na transação de arrendamento mercantil financeiro, no início do prazo do arrendamento mercantil, os valores de arrendamento a serem pagos no futuro são indicados como um ativo nos ativos do arrendatário e como dívida no passivo do arrendamento mercantil; enquanto que na locação operacional, o chamado ativo não é visível no balanço do locatário e os pagamentos da locação são refletidos como gasto na demonstração dos resultados. Portanto, as empresas que indicam seus arrendamentos como arrendamentos operacionais adquirem financiamento não registrado. Juntamente com o financiamento não registrado, as empresas diminuem ou ocultam os riscos com os quais podem enfrentar extraindo seus ativos e passivos e também suas receitas e despesas da demonstração financeira. O objetivo desse estudo é examinar a demonstração da posição financeira da empresa arrendatária após a transição para a nova norma de relatório financeiro IFRS 16 e os impactos de mudança nos índices básicos. O método desenvolvido por Imhoff et al (1991) foi utilizado na capitalização de arrendamentos não registrados pelas companhias. A amostra delimita-se às empresas aéreas Azul e Gol. Os resultados do estudo mostram que o reflexo dos arrendamentos operacionais no balanço patrimonial causará aumentos significativos nos ativos e passivos e, por esse motivo, haverá um aumento significativo na razão entre passivo/ativo e um significativo retorno sobre o ativo e em magnitude distintas para as duas companhias.

Palavras Chave: Impactos da IFRS 16. Arrendamento Mercantil. Posição Financeira.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

1 INTRODUÇÃO

Em 17 de agosto de 2010, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiram em conjunto um projeto de exposição das novas regras na contabilização de locação que seria fundamentalmente no intuito de reformar e mudar a forma como as concessões são contabilizadas e reportadas nas demonstrações financeiras. As regras propostas irão eliminar a atual classificação das locações como arrendamento financeiro ou operacional, além de requerem aos arrendatários a capitalização de todas as concessões e reconhecer um único modelo que represente um direito de usar o ativo arrendado.

São esperados impactos nas medidas de apresentação das demonstrações financeiras e de desempenho de forma significativa devido as alterações propostas na contabilização de arrendamentos. Os efeitos sobre os arrendamentos operacionais são atualmente escondidos por causa do tratamento fora do balanço e isso prejudica a fidedignidade das informações. Com isso, o aumento significativo de ativos e passivos e deterioração de determinados índices financeiros têm levantado preocupações sobre as potenciais implicações financeiras das regras no que concerne à estrutura do balanço e políticas financeiras.

Arrendamentos operacionais fornecem um número de vantagens sobre os arrendamentos de capital, incluindo financiamento a 100 por cento dos ativos, a preservação do capital, benefícios fiscais e proteção contra a obsolescência, o financiamento mais barato, e flexibilidade de termos de arrendamento. Por exemplo, as empresas com capacidade de endividamento ou restrições de liquidez limitados, podem financiar a aquisição de ativos com pagamentos baixos e condições de arrendamento mais longos em comparação com os custos tradicionais de financiamento.

Sob a regra contábil arrendamento existente (*Financial Accounting Standards Board* de 1976 ., P 8), as concessões são capitalizados, se qualquer um dos seguintes critérios for atendido:

- A locação transfere a propriedade do bem para o arrendatário;
- O contrato de arrendamento contém a opção de compra;
- O prazo do contrato é igual a 75 por cento ou mais da vida econômica estimada do ativo arrendado; e
- O valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é igual ou superior a 90 por cento do valor justo do ativo arrendado.

Se nenhum dos critérios acima for atendida, em seguida, uma locação é classificada como uma locação operacional. Em uma locação operacional, os pagamentos de aluguel são tratados como despesas regulares quando incorridos, fluindo através da demonstração de resultados sem reconhecer um ativo ou passivo no balanço. Por outro lado, um leasing financeiro é tratado como a aquisição de um ativo em uma transação de financiamento, dando origem ao reconhecimento de um ativo e um passivo no balanço, enquanto que as despesas são debitadas ao juros e depreciação. O impacto de um contrato de arrendamento de capital no balanço gera um aumento de ativos, que irá produzir um retorno menor sobre a relação de ativos, enquanto o aumento da responsabilidade resulta em uma maior proporção da dívida em capital.

Portanto, devido a essas nuances normativas e conceituais, em janeiro de 2016 foi emitida a IRFS 16 que traz conceitos e princípios que devem ser levados em consideração no momento do registro dos bens arrendados. Tal norma passa a ser obrigatória a partir de 2019 entre os países que adotam o padrão IFRS.

Diante disso, este estudo tem por objetivo analisar os impactos prováveis nas empresas de companhia aéreas que negociam na bolsa de valores em decorrência da alteração da norma



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

sobre arrendamento mercantil no sentido de demonstrar sua posição financeira e análise dos principais índices de rentabilidade em comparação ao ano de 2017, em um cenário de cumprimento da IFRS 16. A proposta então é constituída por duas empresas do ramo aéreo devido ao alto uso de leasing em suas operações e conseqüentemente oferecem previsões mais nítidas de impactos em decorrência da alteração da norma. Por fim foi utilizado o método de capitalização construtiva de locação desenvolvido por Imhoff et al. (1991). Este método consiste em trazer a valor presente os contratos de arrendamentos com pagamentos futuros através de um fluxo de caixa descontado, posteriormente é utilizado a fórmula desenvolvida por Imhoff et al. (1991) onde é considerado a capitalização desses arrendamentos junto ao balanço. Ao final do estudo é apresentada a relação de efeitos sobre os principais índices que representam rentabilidade.

Este estudo contribui para a literatura existente sobre leasing das seguintes formas. Primeiro, ele mostra como a apresentação das demonstrações financeiras serão mudadas drasticamente e como as regras propostas afetarão várias relações de demonstrações financeiras que são amplamente utilizados na prática para avaliar *ratings* de crédito, convênios de dívida, e remuneração de executivos. O método de estudo de caso foi escolhido para este fim por causa de sua vantagem em destacar e explorar questões contábeis de arrendamento complexo com muito mais detalhes do que seria possível com um conjunto maior de empresas. Em segundo lugar, este estudo tem a finalidade de informar e sensibilizar dirigentes de outras empresas independente do porte sobre as novas regras propostas e seus efeitos para que os gerentes possam formular estratégias para mitigar o impacto negativo provável. Finalmente, este estudo atende a necessidade dos usuários das demonstrações, acadêmicos e reguladores que buscam informativo relevante sobre o assunto. Diversos outros estudos já foram realizados de mesmo cunho no Brasil, porém a análise de índices e metodologia aplicadas aqui constituem fator diferencial devido a sua profundidade, consistência e ratificação por meio de estudos internacionais recentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A IFRS 16 completa o projeto do IASB no intuito de melhorar os relatórios financeiros para locações devido ao potencial risco inerente às classificações equivocadas de arrendamento *versus* financiamento. Dessa forma, a IFRS 16 substitui a IAS 17 arrendamentos (e interpretações relacionadas) e é medida obrigatória a partir de primeiro de janeiro de 2019. A orientação proposta pela reformulação da norma vigente eliminaria a classificação de locações como financeiros ou arrendamentos operacionais. Em vez disso os conselhos propuseram um modelo contábil único contrato de arrendamento em que todos os arrendatários iriam reconhecer um ativo representando um “direito de uso” do ativo arrendado e um passivo correspondente, representando a obrigação de fazer pagamentos de aluguel (*Financial Accounting Standards Board* de 2010 , p. 16). Os conselhos concluíram que o direito de uso de um ativo e as obrigações de fazer pagamentos de aluguel em um contrato de arrendamento corresponde à definição de um ativo e um passivo em seus respectivos quadros de contabilidade conceituais.

Em um estudo realizado baseado no trabalho principal “*Accounting Change*” efetuado pela KPMG com cerca de 245 companhias (76% públicas e 24% privadas) sendo estas representantes dos principais setores da economia, foi encontrado que a maioria das empresas considera os desafios do processo de adoção da IFRS 16 maiores do que os inicialmente imaginados. Para Barboni (2018) haverá grande mobilização no sentido de tentar acompanhar a obrigatoriedade da nova legislação que representa custos e planejamento isso porque as empresas terão que mapear todos os contratos, avaliar seus sistemas, processos e controles internos e identificar quais adaptações serão necessárias. Para o autor, a análise desses processos envolve diversos aspectos que influenciam a forma de cálculo dos contratos,



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

revisões de cláusulas restritivas (*covenants*), testes de redução ao valor recuperável, dos efeitos tributários e etc.

Em janeiro de 2016 o IASB fez uma análise piloto dos efeitos em relação aos custos e benefícios da IFRS 16 onde recebe considerações por meio de consulta a partes interessadas principalmente da perspectiva do locatário sobre as alterações normativas. Sobre as necessidades de mudança, o documento traz que em 2005, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) estimou que empresas dos EUA podem ter cerca de US \$ 1,25 trilhões em locações fora do balanço. Respondendo às preocupações sobre a falta de transparência das informações sobre obrigações de arrendamento, foi onde surgiu a necessidade de mudança. Para atingir esse objetivo, o IASB e o FASB concordaram que um cliente (locatário) de ativos por meio de leasing deve reconhecer ativos e passivos decorrentes dessas locações. Isso ocorre porque, no início de um contrato de arrendamento, um arrendatário obtém o direito de usar um ativo por um período de tempo e, se os pagamentos são feitos ao longo do tempo, assume uma responsabilidade para fazer pagamentos de locação. Ao contrário do que deveria ser feito, a maioria das operações de leasing não foram relatados no balanço do locatário. A importância da informação em falta variou pela indústria e região e entre empresas. No entanto, para muitas empresas, o efeito sobre os ativos relatados e alavancagem financeira será substancial. A ausência de informações sobre locações no balanço significava que os investidores e analistas não foram capazes de comparar adequadamente as empresas que tomam empréstimos para comprar ativos com aqueles que alugam bens, sem fazer ajustes.

Diversos outros estudos brasileiros como o de Barbosa, Barros, Katsumi e Souza (2010), Teixeira e Niyama (2017), Fidelis e Cesário (2017), entre vários outros, utilizaram a metodologia de inserção dos valores constantes nas notas explicativas às demonstrações e por fim a análise dos efeitos. Tal metodologia proposta neste trabalho reflete as tendências de análise inspirados em trabalhos internacionais e ainda não aplicada no Brasil, como por exemplo, o desenvolvido por Ozturk e Serçemeli (2016) principal inspiração pra este trabalho, Amrik Singh, (2011), Nuryane, Hang e Julieta (2015), Czajor e Michalak (2017), etc.

Estudos como o realizado por Pardo e Giner (2018), utilizaram outros métodos eficazes que relatam o impacto. Neste caso, o autor utilizou o método de capitalização construtiva para estimar os passivos e os ativos arrendados e realizar uma análise *ex ante* do impacto regulatório nas empresas não financeiras do IBEX. Testes não paramétricos foram usados para examinar o efeito em certas razões e, por meio de uma regressão multivariada, foi investigada as características do negócio que explicam a variação do EBITDA em consequência da IFRS 16. Por mais que tenha sido utilizada uma metodologia diferenciada e uma amostra maior com 35 empresas, os resultados sugerem que a IFRS 16 afeta significativamente as magnitudes financeiras e, em particular, o giro dos ativos não circulantes e a qualidade da dívida, seguidos pelo endividamento e pelo ROA. Foi identificado também que nem todos os índices são penalizados com a mudança normativa, uma vez que o índice de rentabilidade financeira (ROE) e o *market-to-book* melhoram. Por outro lado, foi mostrado que existem diferenças setoriais notáveis.

Já no trabalho desenvolvido por Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018), foi buscado investigar os efeitos por um outro ângulo: foi analisado meios de diminuir o impacto das alterações e como os gestores podem atenuar este processo, de modo que o processo decisório foi dividido em duas partes: 1) tratamentos contábeis alternativos que a IFRS 16 permite para certos aspectos e 2) estimativas. E para cada uma dessas decisões, foi analisados os efeitos nas demonstrações financeiras e como as empresas devem lidar com elas. Em geral, espera-se que as empresas tomem decisões que reduzam o impacto do IFRS 16 em seu nível de alavancagem no intuito de ter um passivo de arrendamento menor.

Outro trabalho bastante pertinente que subsidia o aporte teórico para este, foi o idealizado por Tanase, Calota e Oncioiu (2018). Este artigo também enfoca o impacto da nova



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

norma IFRS 16 nos principais indicadores de desempenho das empresas e as relações esperadas entre os principais índices. A magnitude desse impacto pode ser baseada no uso do aluguel nas empresas e também dependendo do setor em que estão. Os resultados mostram que as transações futuras podem ser influenciadas pelo IFRS 16, como venda e *leaseback*, aquisições e fusões, e arrendamento vs. compra.

3 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se do ponto de vista metodológico como quantitativo baseado em análise documental. A fonte dos dados está disponível no sítio da comissão de valores mobiliários, nas notas explicativas das empresas estudadas. Os dados coletados referem-se ao detalhamento a respeito dos arrendamentos operacionais e o prazo de pagamento mínimo.

No estudo, o método de capitalização construtiva de locação desenvolvido por Imhoff et al. (1991) foi usado na capitalização dos arrendamentos não registrados Gol e da Azul. O método desenvolvido por Imhoff et al. (1991) tem sido comumente aceito e aplicado com o objetivo de medir os impactos da capitalização dos arrendamentos nas demonstrações contábeis e índices financeiros nos estudos conduzidos por Beattie et al. (1998), Bennet e Bradbury et al. (2003) (2009), Singh (2012), Branswijck et.al. (2011), Tai (2013), Wong e Joshi (2015).

As empresas Azul e Gol são companhias aéreas brasileiras com sede em São Paulo – Brasil e que adotaram o modelo de baixo custo. A empresa realiza as atividades de voo por seus próprios aviões, aviões obtidos por locação financeira e aviões obtidos por arrendamento operacional. As empresas de aviação civil são comumente classificadas em empresas que possuem alto uso de *leasing*, dado que as frotas pertencentes a essas empresas em sua maioria são adquiridas por meio de *leasing*, fator que justifica o segmento da amostra. Em relação ao tamanho da amostra, optou-se por analisar as que possuem comercialização na bolsa de valores tendo em vista a padronização das disposições dos dados, fator que limitou a quantidade de empresa, mas que favoreceu a validade dos resultados. O interesse é que outros estudos sejam desenvolvidos no intuito de analisar impactos por segmentos, dando a este trabalho, a importância da parte de um todo. Sobre o período estudado, os efeitos foram analisados de 2017 para 2018, tendo em vista as limitações metodológicas, dado que tal método de capitalização só é possível de T_{-1} para T . Outro fator é que o histórico de alterações na quantidade de leasing, não possui característica essencial neste trabalho, sendo, portanto, proposital a escolha do recorte de tempo. O motivo que justifica a escolha do leasing operacional ao financeiro para fins deste trabalho é que, no cenário de hoje, apenas esse método não possui reflexos no balanço patrimonial, indo em seguida ao resultado sem reconhecer necessariamente o direito de uso e consequentemente obrigação no passivo, enquanto que o arrendamento financeiro demonstra aumento em suas responsabilidades, comprometendo disponibilidades e demonstrando o posicionamento real das demonstrações. O número de aviões na frota das empresas é mostrado na Tabela 1 e 2.

Tabela 1. Número de aviões em voo da Azul em 2015, 2016 e 2017

	Aeronaves próprias	Aeronaves obtidas por arrendamento financeiro	Aeronaves obtidas por arrendamento operacional	Total
31 de Dez/2015	6	45	72	117
31 de Dez/2016	8	47	75	122
31 de dez/2017	8	48	80	128

Fonte: Notas explicativas da companhia



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Tabela 2

Número de aviões em voos da Gol em 2015, 2016 e 2017

	Aeronaves próprias	Aeronaves obtidas por arrendamento financeiro	Aeronaves obtidas por arrendamento operacional	Total
31 de Dez/2015	9	76	29	105
31 de Dez/2016	9	37	76	113
31 de Dez/2017	10	31	88	119

Fonte: Notas explicativas da companhia

No método sugerido por Imhoff et al. (1991), é necessário detectar as obrigações não registradas de arrendamento, os ativos arrendados não registrados, a economia fiscal e os elementos patrimoniais a serem fornecidos a partir da capitalização do arrendamento com a finalidade de determinar os impactos dos arrendamentos nos valores financeiros e em alguns índices financeiros importantes no caso de reportar as locações operacionais como locação financeira.

4 ESTIMATIVA DE PASSIVOS DE LEASING NÃO REGISTRADOS

Os passivos associados aos ativos sujeitos aos arrendamentos nos procedimentos de arrendamento em IFRS 16 representam o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram pagos na data apresentada para o uso do arrendatário pelo arrendador referente ao ativo sujeito à emissão. (IFRS 16: IN12). A detecção do valor presente requer a redução dos pagamentos futuros da locação para o seu valor presente dentro do quadro de uma determinada taxa de juros. Os passivos de arrendamento operacional da empresa a partir de 2015 são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3

Passivo de Arrendamento Operacional não cancelável das companhias

Anos	Passivos não canceláveis de leasing operacional – Gol	Passivos não canceláveis de leasing operacional – Azul
Menos de 1 ano	857.747	1.256.660
Entre 1 e 5 anos	3.995.082	4.577.550
Mais do que 5 anos	1.393.896	2.560.290
Total	6.246.725	8.394.500

Fonte: Notas explicativas referente à 2016/2017. Dados consolidados.

Como pode ser entendido na Tabela 4 e na coleta dos dados, observou-se que os pagamentos da Companhia Azul relativos a seus passivos de leasing operacional não canceláveis nas notas de rodapé das demonstrações contábeis dos relatórios operacionais da companhia não foram apresentados anualmente e os passivos de arrendamento foram agrupados como 0-1 ano, 1-5 anos e mais de 5 anos. É necessário conhecer o valor e o prazo dos arrendamentos operacionais da empresa anualmente para fins de cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento mercantil operacional. Como os passivos de arrendamento operacional da empresa não podem ser atingidos anualmente, assumiu-se que os pagamentos entre 1-5 anos são iguais ($4.577.550 / 5 = 915.510$) e quanto aos pagamentos em mais de 5 anos, os passivos dos dois restantes os anos também são iguais ($2.560.290 / 2 = 1.280.145$), porque os contratos de arrendamento operacional da empresa são de no máximo 8 anos.

Outra hipótese relativa ao cálculo do seu valor presente é a taxa de juros. De acordo com o IFRS 16, o arrendatário deve determinar os passivos de arrendamento dos pagamentos de arrendamento não pagos na data de início com seu valor presente. Se a taxa de juros implícita usada na locação financeira dos pagamentos da locação puder ser detectada, ela



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

deverá ser descontada com essa relação. Se essa relação não puder ser detectada, ela poderá usar a taxa de juros do passivo alternativo da empresa (IFRS 16: par. 22-29). Como a taxa de juros implícita e a taxa de juros do passivo alternativo de ambas as empresas não podem ser detectados, a taxa de juros considerada foi como 10%. A taxa semelhante foi usada em estudos semelhantes (Beattie et al., 1998; Imhoff et al., 1991; Duke et al., 2009; Wong e Joshi, 2015). O valor presente dos arrendamentos operacionais das Companhias Azul e Gol é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4

Valor Presente dos contratos da companhia aérea Azul - 2017 à 2024

Anos	Pagamento Mínimo de leasing	Fator de 10% do valor presente	Valor Presente de Saídas de Caixa
2017	1.256.660	0,9091	1.142.429,606
2018	915.510	0,8264	756.577,464
2019	915.510	0,7513	71.756,663
2020	915.510	0,6830	625.293,33
2021	915.510	0,6209	568.440,159
2022	915.510	0,5645	516.805,395
2023	1.280.145	0,5132	656.970,414
2024	1.280.145	0,4665	597.187,6425
Estimativa de dívida não registrada			4.935.460,674

Tabela 5

Valor Presente dos contratos da companhia aérea Gol

Anos	Mínimo pagamento de leasing	Fator de 10% do valor presente	Valor Presente de Saídas de Caixa
2017	857.747	0,9091	779.777,79
2018	839.343	0,8264	693.633,05
2019	889.940	0,7513	668.611,92
2020	873.692	0,6830	596.731,636
2021	745.719	0,6209	463.016,9271
2022	646.388	0,5645	364.886,026
2023	696.948	0,5132	357.673,71
2024	696.948	0,4665	325.126,242
Estimativa de dívida não registrada			4.249.457,301

Após encontrar o total dos saldos remanescentes de arrendamento operacional e trazê-los a valor presente, é necessário aplicá-los à fórmula constante no método desenvolvido por Imhoff et al. (1991), como se segue:

$$\frac{PV_A}{PV_L} = \frac{RL}{TL} \times \frac{PVAF\%_{0,r,TL}}{PVAF\%_{0,r,RL}} \quad (1)$$

Onde:

PV_A = Valor Presente do Ativo Não Registrado

PV_L = Valor Presente da Responsabilidade Não Registrada

RL = Vida restante da locação

TL = Vida Total da Concessão

$PVAF\%_{r,n}$ = Fator de Anuidade do Valor Presente em % r por n anos.

Algumas suposições foram feitas ao formar as tabelas analisadas:

- O método de depreciação linear foi usado para os ativos.
- Os ativos de locação extrapatrimonial e os passivos de locação extrapatrimoniais são iguais ao valor atual dos pagamentos futuros da locação no início da locação; em



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

outras palavras, 100% (quando o processo de arrendamento é realizado, a mesma quantia de aumento ocorrerá nos ativos e passivos da empresa).

- Tanto o ativo do arrendamento mercantil como o passivo extrapatrimonial são iguais a zero quando os pagamentos do arrendamento são concluídos.
- As companhias Gol e Azul realizam seus contratos de arrendamento operacional entre 1 e 8 anos, e portanto, na suposição de que o período de arrendamento é de 8 anos, a taxa de juros é de 10% (a mesma utilizada nos descontos de fluxo de caixa) e 50% dos ciclos de vida dos ativos foram consumidos, podemos portanto aplicar a fórmula de Imhoff et al. (1991) para calcular os impactos no balanço patrimonial através do índice de mudança.

Portanto, aplicado aos dados, temos que a taxa a que se refere os passivos fora do balanço é representado pela seguinte substituição:

$$\frac{PV_A}{PV_L} = \frac{8 - (8 * \%50)}{8} \times \frac{PVAF\%_{10,8}}{PVAF\%_{10,4}} \quad (2)$$

O valor contábil líquido dos ativos não incluídos no balanço patrimonial foi calculado como 84,15% dos passivos de arrendamento não registrados no balanço patrimonial. A diferença de 15,85% entre os passivos e os ativos de locação extrapatrimoniais representa as despesas adicionais de locação. O lucro líquido após o imposto e o patrimônio líquido deve diminuir junto com a taxa de imposto de renda corporativo (34%). Os montantes que devem mudar no balanço após a capitalização dos arrendamentos operacionais não registrados são mostrados abaixo.

Tabela 6

Impacto da Capitalização Construtiva no Balanço da Companhia Azul

ATIVO		PASSIVO	
Ativos de locação não registrados*	4.153.190	Passivos de locação não registrados	4.935.460
		Dedução de Impostos	(265.971)
		Passivo Líquido	4.669.488
		Patrimônio Líquido	(516.298)
Total:	4.153.190	Total:	4.153.190

*Ativos de locação não registrados = 4.935.460,674 * 84,15% = 4.153.190,157

** Dedução de Impostos = (4.935.460,674 - 4.153.190,157) * 34% = 265.971,975

Tabela 7

Impacto da Capitalização Construtiva no Balanço da Companhia Gol

ATIVO		PASSIVO	
Ativos de locação não registrados*	3.575.918	Passivos de locação não registrados	4.249.457
		Dedução de Impostos	(229.003)
		Passivo Líquido	4.020.454
		Patrimônio Líquido	(444.535)
Total:	3.575.918	Total:	3.575.918

*Ativos de locação não registrados = 4.249.457,301 * 84,15% = 3.575.918,319

**Dedução de Impostos = (4.249.457,301 - 3.575.918,319) * 34% = 229.003,253.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Portanto, após análise dos ativos e passivos não registrados, é possível o entendimento que se a empresa reportar seus arrendamentos não registrados de acordo com as premissas mencionadas anteriormente, para a companhia Azul, haverá um aumento de 4.153.190,157 em seus ativos, um aumento de 4.669.488,698 em seu passivo e uma diminuição de 516.298,541 em seu patrimônio líquido. Para a companhia Gol haverá um aumento de 3.575.918,319 em seus ativos, um aumento de 4.020.454,047 em seu passivo e uma diminuição de 444.535,728 em seu patrimônio líquido.

As informações do balanço patrimonial reportado para o ano de 2017 e as informações da demonstração da empresa após a capitalização ocorrem na Tabela 7.

Tabela 8

Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia Azul em 2017

	Reportado em 2017	Diferença	Após a Capitalização	Percentual de Mudança (%)
Total de Ativos	8.622.445	4.153.190	12.775.635	48,16% ▲
Total de Passivos	7.313.214	4.669.488	11.982.702	63,11% ▲
Total Pat. Líquido	1.309.231	(516.298)	792.932	39,43% ▼

Tabela 9

Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia Gol em 2017

	Reportado em 2017	Diferença	Após a Capitalização	Percentual de Mudança (%)
Total de Ativos	10.004.748	3.575.918	13.580.666	35,74% ▲
Total de Passivos	13.073.694	4.020.454	17.094.148	30,75% ▲
Total Pat. Líquido	(3.068.946)	(444.535)	(2.624.410)	14,48% ▼

* Nenhuma mudança foi estimada para ocorrer lucro líquido porque os impactos da capitalização na demonstração de resultados não foram incluídos no escopo do estudo.

Um aumento de 63,11% ocorreu no passivo da empresa, uma queda de 39,43% ocorreu no patrimônio da empresa e um aumento de 48,16% ocorreu no total de ativos da companhia Azul após a capitalização dos arrendamentos não registrados. Na companhia Gol houve um aumento de 30,75% ocorreu no passivo da empresa, uma queda de 14,48% ocorreu no patrimônio da empresa e um aumento de 35,74% ocorreu no total de ativos da companhia após a capitalização dos arrendamentos não registrados.

Como esses índices não dão significado suficiente sozinhos na questão da situação financeira da empresa, é necessário considerar a mudança nos índices financeiros, que é uma ferramenta importante na mensuração e análise do desempenho da empresa, o qual também é usado com a finalidade de comparar a posição financeira e os resultados operacionais da empresa com os resultados de outras empresas no mesmo ou diferente setor e dentro de si. Os impactos da capitalização sobre alguns índices financeiros são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9

Impacto da Capitalização Construtiva nos Índices Financeiros da Cia Azul

	Dívida/PL	Dívida/Ativo	(ROA)*	(ROE)**
Reportado	$\frac{7.313.214}{1.309.231} = 5,58$	$\frac{7.313.214}{8.622.445} = 84,8\%$	$\frac{768.880}{8.622.445} = 8,9\%$	$\frac{278.587}{1.309.231} = 21,3\%$



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Ajustado pela Capitalização	$\frac{11.982.702}{792.932} = 15,11$	$\frac{11.982.702}{12.775.635} = 93,8\%$	$\frac{768.880}{12.775.635} = 6,01$	$\frac{278.587}{792.932} = 35,13\%$
Diferença	2,70 ↑	10,6% ↑	32,47% ↓	65,16% ↑

*Retorno sobre o Ativo = Lucro Operacional na Demonstração de Resultado sobre o ativo total médio.

** Retorno sobre o Patrimônio = Lucro Líquido na Demonstração de Resultado sobre o Patrimônio Líquido.

Tabela 10

Impacto da Capitalização Construtiva nos Índices Financeiros da Cia Gol

	Dívida/PL	Dívida/Ativo	(ROA)*	(ROE)**
Reportado	$\frac{13.073.694}{(3.068.946)} = 4,25$	$\frac{13.073.694}{(3.068.946)} = 4,25$	$\frac{989.755}{10.004.748} = 9,8\%$	$\frac{378.209}{(3.068.946)} = 12,3\%$
Ajustado pela Capitalização	$\frac{17.094.148}{(2.624.410)} = 6,51$	$\frac{17.094.148}{13.580.666} = 25,87\%$	$\frac{989.755}{13.580.666} = 7,2\%$	$\frac{378.209}{(2.624.410)} = 14,4\%$
Diferença	53% ↑	15,45% ↓	26,53% ↓	17% ↑

*Retorno sobre o Ativo = Lucro Operacional na Demonstração de Resultado sobre o ativo total médio.

** Retorno sobre o Patrimônio = Lucro Líquido na Demonstração de Resultado sobre o Patrimônio Líquido.

Para a empresa Azul, a variação mais alta (65,16%) ocorreu no quociente ROE quando o patrimônio líquido resultante dos ativos e passivos não registrados foram capitalizados de acordo com as premissas mencionadas anteriormente. Como a capitalização dos arrendamentos operacionais diminuirá o patrimônio e supondo que o lucro líquido não tenha mudado, a relação entre o retorno sobre o patrimônio líquido aumentará em 65,16% e o índice de retorno sobre ativo deverá diminuir em 32,47% porque um aumento deverá ocorrer no ativo. Como resultado do método de capitalização, o resultado sobre o passivo/patrimônio líquido tem mostrado um impacto negativo porque os passivos da empresa aumentaram e seu patrimônio diminuiu. O índice do passivo/capital próprio mostra as relações entre a responsabilidade da empresa prestada via dívida e o capital dado pelos proprietários ou parceiros da empresa. No caso em que a proporção está acima do nível desejado, isso mostra que a empresa é financiada por terceiros e não pelos proprietários da empresa. Quanto maior a proporção, maior o risco para a empresa. Observou-se um aumento de 10,6% no índice total de passivo/ativo total, que é outro índice de endividamento da empresa e que também é denominado como índice de alavancagem após a capitalização. O índice de alavancagem



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

mostra em que porcentagem os ativos são financiados pelos passivos e a alta do índice é o sinal de que a empresa é financiada de maneira arriscada.

No caso de capitalização dos arrendamentos mercantis operacionais, as despesas de arrendamento pertencentes aos arrendamentos operacionais não devem ser demonstradas no resultado e a depreciação deve ser deixada para os ativos arrendados. A depreciação a ser deixada pelos ativos arrendados como resultado da capitalização deve ser menor que as despesas de arrendamento dos arrendamentos operacionais antes jogadas também na demonstração de resultado, portanto, o lucro operacional deve aumentar, um aumento deve ocorrer no passivo e a despesa de juros pertencentes ao passivo também continuarão causando a diminuição do lucro líquido. Em outras palavras; o lucro líquido deve aumentar tanto quanto as despesas de arrendamento pertencentes às despesas operacionais e deve diminuir tanto quanto a despesa de depreciação e juros.

Para empresa Gol, todos os índices seguem o esperado e a lógica da empresa Azul, exceto pela relação entre o passivo sobre o ativo. Para a Gol, houve um aumento significativo do ativo após a capitalização em 35,74% o que fez baixar o índice em relação em passivo.

5 CONCLUSÃO

As empresas podem adquirir os títulos econômicos necessários por meio de compra e arrendamento para realizar suas atividades. Recursos limitados e alto custo de capital direcionam as empresas a arrendar os títulos econômicos em vez de comprá-los. De acordo com os regulamentos existentes, os processos gerais de arrendamento são basicamente classificados como arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional. Na transação de arrendamento mercantil financeiro, no início do prazo do arrendamento mercantil, os valores de arrendamento a serem pagos no futuro são indicados como um ativo nos ativos do arrendatário e como dívida no passivo do arrendamento mercantil; enquanto que na locação operacional, o chamado ativo não é visível no balanço do locatário e os pagamentos da locação são refletidos como gasto na demonstração dos resultados. Portanto, as empresas que indicam seus arrendamentos como arrendamentos operacionais adquirem financiamento não registrado. Juntamente com o financiamento não registrado, as empresas diminuem ou ocultam os riscos com os quais podem enfrentar extraindo seus ativos e passivos e também suas receitas e despesas da demonstração financeira. Em outras palavras, uma imagem forte da estrutura financeira de suas empresas é fornecida com a ajuda das finanças não registradas. Esta condição suprime substancialmente a possibilidade de fazer comparações entre as empresas pelos titulares de poupanças quando estas fazem as suas preferências e, assim, pode resultar no fato de duas empresas com as mesmas características serem percebidas como financeiramente diferentes umas das outras pelos investidores, o que pode resultar na situação onde as decisões de investimento são moldadas de forma bastante diferente pelos investidores.

Uma avaliação diferente de dois arrendamentos que são essencialmente os mesmos fez com que os determinantes de padrão e outras pessoas interessadas iniciassem estudos sobre a preparação das alterações relacionadas à contabilização dos arrendamentos e a IFRS 16 passou a ser o novo padrão de arrendamento publicado.

A principal diferença entre a norma IFRS 16 e IAS 17 é que na IFRS 16 todas as transações de arrendamento são relatadas como uma operação de arrendamento mercantil financeiro pelo arrendatário, independentemente de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou operacional. As divulgações de demonstrações financeiras foram desenvolvidas de forma a refletir os fluxos de caixa, o desempenho financeiro e a posição financeira do locatário ou do locador. Em outras palavras, a IFRS 16 deve causar o término da distinção entre arrendamento operacional e financeiro, capitalização do contrato de arrendamento e a finalização do financiamento não registrado para arrendamentos de longo prazo.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Dentro deste escopo, este estudo foi conduzido com o objetivo de examinar os impactos da capitalização de arrendamentos mercantis operacionais, em outras palavras, a IFRS 16, sobre a demonstração da posição financeira e os índices de análise financeira selecionados do método de capitalização de arrendamento construtivo das companhias aéreas brasileiras Gol e Azul, o método desenvolvido pela Imhoff et al. 1991 foi aplicado na capitalização dos arrendamentos operacionais das empresas e foi detectado que, para a Azul, haverá um aumento de 63,11% no passivo da empresa, uma diminuição de 39,43% no patrimônio líquido da empresa e um aumento de 48,16% no total dos ativos da empresa, partindo do pressuposto de que o prazo do arrendamento é de 8 anos, a taxa de juros é de 10% e metade dos ciclos de vida do arrendamento dos ativos foram consumidos. Para a Gol, foi percebido um aumento de 30,75% no passivo da empresa, uma diminuição de 14,48% no patrimônio líquido e um aumento de 35,74% no total dos ativos.

A relação total de obrigações/patrimônio líquido da empresa deve mudar significativamente no caso de capitalização de seus arrendamentos operacionais. A razão para isto é que há um aumento sério no passivo e há uma diminuição no patrimônio líquido. O índice do total do passivo/total dos ativos deve ser menor quando comparado com o índice do total do passivo / patrimônio líquido, porque haverá um aumento tanto no passivo como no total dos ativos. Esses resultados indicam resultados semelhantes a outros estudos realizados na literatura.

Consequentemente, as posições financeiras das empresas arrendadas cujos arrendamentos não registrados sofrerão alteração quando seus contratos de arrendamento forem capitalizados e haverá distorções (redução do retorno sobre o ativo, aumento do passivo e aumento do passivo/patrimônio líquido) em todos os índices financeiros afetados pela capitalização do arrendamento. Pode-se dizer que a magnitude desse impacto muda dependendo da densidade de uso do leasing operacional nas empresas e também do setor em que estão inseridas.

6 REFERÊNCIAS

- Barboni, C., (2018). Última chamada para IFRS 16, empresas precisam se adaptar à nova norma de contabilização de arrendamento. Disponível em 24 de Junho de 2016, em: <https://capitalaberto.com.br/temas/contabilidade-e-auditoria/ultima-chamada-para-a-ifrs-16/#.WzDmYqpKjIX>.
- Barbosa, G. C., Barros, F. O., Niyama, J. K., Souza, L. M. (2011). Impacto da contabilização do leasing operacional no balanço patrimonial: o caso das Cias. aéreas brasileiras TAM e GOL. *Enfoque: Reflexão Contábil*. v. 30, n. 1.
- Cesário, S. F. (2017) Análise dos potenciais impactos nos indicadores financeiros da Gol Linhas Aéreas inteligentes com a adoção da IFRS 16 – leases.
- Czajor, P. Michalak, M. (2017). Operating Lease Capitalization - Reasons and its Impact on Financial Ratios of WIG30 and sWIG80 Companies. *Entrepreneurship and management p*. 22. Vol. 18.
- Eliodor Tănase¹, A., Ovidiu Calotă, T., e Oncioiu, F. R., (2018). *Academic Journal of Economic Studies*. Vol. 4, No. 1, pp. 54–59.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

- Beattie, V., Edwards, K., & Goodacre, A. (1998). The impact of constructive operating lease capitalisation on key accounting ratios. *Accounting and Business Research*, 28(4), 233-254.
- Bennett, B. K., & Bradbury, M. E. (2003). Capitalizing non-cancelable operating leases. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 14 (2), 101–114.
- Branswijck, D., Longueville, S., & Everaert, P. (2011). The financial impact of the proposed amendments to IAS 17: Evidence from Belgium and the Netherlands. *Accounting and Management Information Systems*, 10(2), 275-294.
- Duke, J. C., & Hsieh, S-J (2006). Capturing the benefits of operating and synthetic leases. *The Journal Corporate Accounting & Finance*, 18(1), 45-52.
- Gaspar, T. (2007). Eficiência e equidade nos sistemas europeus de educação e formação. *Noesis*, 71, pp. 14-15.
- IASB, (2016a). Effects analysis, IFRS 16 Leases. http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Leases/Documents/IFRS_16_effects_analysis.pdf. Accessed 18.06.2018.
- IASB, (2016b). Fact sheet - IFRS 16 Leases. <http://www.ifrs.org/current-projects/iasb-projects/leases/documents/leases-fact-sheet-january2016.pdf>. Accessed 19.06.2018.
- IASB, (2016c). IFRS 16 leases basis for conclusions. IFRS Foundation Publications Department, London, United Kingdom.
- IFRS 16 Leases Standard. IFRS Foundation Publications Department, London, United Kingdom. January, 2016.
- Imhoff, E. A., Lipe, R. C., & Wright, D. W. (1991). Operating leases: Impact of constructive capitalization. *Accounting Horizons*, 5 (1), 51-63.
- Imhoff, E. A., Lipe, R. C., & Wright, D. W. (1997). Operating leases: Income effects of constructive capitalization. *Accounting Horizons*, 11(2), 12-32.
- Morales-Díaz, J. Zamora-Ramírez, C. (2018). IFRS 16 (leases) implementation: Impact of entities' decisions on financial statements. *The IEB International Journal of Finance*. P. 60 – 71.
- Nuryane, N., Hang T. T. & Juliesta, N. (2015). Capitalization of Operating Lease and Its Impact on Firm's Financial Ratios. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 211 P. 268 – 276.
- Ozturk, M., Serçemeli M. (2016). Impact of New Standard “IFRS 16 Leases” on Statement of Financial Position and Key Ratios: A Case Study on an Airline Company in Turkey. *Business and Economics Research Journal*. Vol 7 Number 4.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

- Pardo, F., Giner, B. (2018). The capitalization of operating leases: Analysis of the impact on the IBEX 35 companies. Disponível em 24 de Junho de 2016, em: <http://www.intangiblecapital.org/index.php/ic/article/view/1168/727>.
- Singh, A. (2011) A restaurant case study of lease accounting impacts of proposed changes in lease accounting rules *International Journal of Contemporary Hospitality Management*. Vol. 23 Issue: 6, pp.820-839.
- Tai, B. Y. (2013). Constructive capitalization of operating leases in the Hong Kong fast-food industry. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 3(1), 128-142.
- Tanase, A. E, Calota, T. O, Oncioiu, F. R. The Impact of IFRS 16 on the Companies' Key Performance Indicators: Limits, Advantages and Drawbacks. *Academic Journal of Economic Studies*. Vol. 4, No. 1. pp. 54–59.
- Teixeira, C. B. H. M., Niyama, J. K. (2017) O efeito do IFRS 16 - contabilidade de leasing - nas companhias aéreas brasileiras - Tam, Gol e Azul (2013-2015).
- Wong, K., & Joshi, M. (2005). The impact of lease capitalisation on financial statements and key ratios: Evidence from Australia. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 9(3), 26-44.